



GLOBAL
NETWORK
INITIATIVE

PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA:

22 de abril de 2020

Contato:

Gerente de comunicação, Rocío Campos

rocio@globalnetworkinitiative.org

info@globalnetworkinitiative.org

@theGNI

Empresas de tecnologia e telecomunicações fazem progresso na implementação dos Princípios de Liberdade de Expressão e Privacidade da Global Network Initiative

WASHINGTON, DC/AMSTERDÃ/LONDRES — A Global Network Initiative (GNI) concluiu seu terceiro ciclo de avaliações independentes de empresas e divulgou o [relatório público de avaliações de 2018/2019](#) de 11 empresas associadas: Facebook, Google, Microsoft, Millicom, Nokia, Orange, Telefónica, Telenor Group, Telia Company, Verizon Media e Vodafone Group. Esta foi a primeira avaliação da GNI de empresas operadoras e fornecedoras do setor de telecomunicações.

“As avaliações mostram como mais empresas de diferentes partes do setor de TIC estão integrando direitos de liberdade de expressão e privacidade a suas operações quando confrontadas com solicitações governamentais de censura, vigilância e desligamentos de rede”, afirmou Mark Stephens, Presidente do Conselho Independente da GNI.

O processo de avaliação se baseia em uma metodologia desenvolvida para permitir que membros da sociedade civil, acadêmicos e de conselhos de investidores da GNI (membros de conselhos não corporativos) analisem as iniciativas das empresas associadas para implementar os [Princípios de Liberdade de Expressão e Privacidade da GNI](#) (“os Princípios da GNI”). Com base na avaliação detalhada de relatórios confidenciais preparados por avaliadores independentes e em consultas dos avaliadores e de empresas associadas, o Conselho Diretor múltiplos stakeholders da GNI analisou as avaliações e determinou que cada empresa está fazendo esforços de boa-fé para implementar os Princípios da GNI com melhorias ao longo do tempo.

“As avaliações da GNI proporcionam um mecanismo exclusivo para que grupos de direitos humanos examinem as políticas e procedimentos que empresas têm para casos de demandas governamentais de censura e vigilância para avaliar se as empresas estão pondo os Princípios da GNI em prática e melhorando seu desempenho com o passar do tempo”, explicou Arvind Ganesan, Diretor de Negócios e Direitos Humanos da Human Rights Watch.

As avaliações independentes foram realizadas de acordo com o [Kit de Ferramentas de Avaliação da GNI](#) por avaliadores certificados pelo Conselho da GNI que satisfazem os [critérios de independência e competência estabelecidos pela GNI](#) e que também participaram de



treinamento obrigatório para avaliadores. Os avaliadores receberam acesso a informações, incluindo documentos relevantes, em ambientes seguros. Também tiveram acesso a funcionários essenciais das empresas, de equipes de linha de frente à administração sênior, e realizaram 125 entrevistas no total. As avaliações incluíam um exame de 86 estudos de caso que analisaram como as empresas lidam, na prática, com solicitações e demandas governamentais. O Conselho da GNI se reuniu quatro vezes ao longo de 2019 para analisar os relatórios de avaliação de 11 empresas e discutir em detalhes com cada empresa e avaliador antes de fazer suas determinações.

“O objetivo do processo de avaliação é aumentar a transparência das empresas, enquanto protege os direitos dos usuários por meio de amplo acesso a informações”, afirmou Gare Smith, sócio da Foley Hoag LLP e avaliador certificado da GNI.

O relatório público compartilha as conclusões das avaliações das empresas. Os pontos de progresso e áreas de aprendizado compartilhado futuro identificados no relatório incluem análise adicional de como as empresas integram os Princípios da GNI a suas operações de negócios, formas de aprimorar e expandir os esforços de treinamento em empresas e desenvolver ferramentas e orientações sobre temas como auditoria de direitos humanos e avaliação de impactos.

O processo de avaliação da GNI é confidencial por concepção. Ele permite que empresas compartilhem e discutam casos sigilosos de solicitações governamentais com os membros de conselhos não corporativos da GNI. E também permite a discussão de sistemas e processos internos das empresas para implementar os Princípios da GNI.

O processo avaliação da GNI mostra como empresas de diferentes segmentos do setor de TIC podem adotar um conjunto comum de princípios fundamentais de liberdade de expressão e privacidade, fundamentados em leis internacionais de direitos humanos e compromissos com transparência, colaboração, aprendizado compartilhado e políticas públicas.

SOBRE A GNI

A Global Network Initiative (GNI) foi fundada em 2008. Nossa missão é proteger e promover os direitos de liberdade de expressão e privacidade no setor de Tecnologia da informação e comunicação (TIC), definindo um padrão global para a tomada de decisões responsáveis e atuando como uma voz múltiplos stakeholders diante das restrições e demandas governamentais. Os associados da GNI incluem empresas de TIC, organizações da sociedade civil (incluindo grupos de direitos humanos e liberdade de imprensa), acadêmicos, instituições acadêmicas e investidores de todo o mundo. Consulta lista completa de [associados e observadores da GNI](#).



GLOBAL
NETWORK
INITIATIVE

SOBRE OS PRINCÍPIOS DA GNI

Quando empresas se associam à GNI, elas se comprometem com os [Princípios da GNI](#) e as respectivas [Diretrizes de Implementação](#), que fornecem uma estrutura que orienta o setor de TIC e suas partes interessadas sobre como respeitar a liberdade de expressão e a privacidade de usuários ao redor do mundo. Os Princípios da GNI se baseiam em leis e normas internacionais de direitos humanos e fundamentam-se nos Princípios Orientadores para Empresas e Direitos Humanos da ONU.

SOBRE AS AVALIAÇÕES INDEPENDENTES DE EMPRESAS DA GNI

Quando empresas se associam à GNI, elas concordam que sua implementação dos Princípios da GNI seja avaliada independentemente participando do processo de avaliação da GNI. A avaliação consiste em uma análise dos sistemas, políticas e procedimentos internos relevantes para a implementação dos Princípios (“a análise do processo”) e um exame de casos ou exemplos específicos que mostram como a empresa os está implementando na prática (a “análise de casos”). Saiba mais sobre a [avaliação de empresas de 2018/2019](#).